

DA ESFERA PÚBLICA AO NET-ATIVISMO: AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM REDE DOS ANONYMOUS¹

Matheus Soares M. Cruz²

Resumo: Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, o coletivo de hackers e de ativistas Anonymous voltaram aos holofotes da imprensa mundial ao apoiar os movimentos *Black Lives Matter* e atuar contra o sigilo governamental de informações sobre as infecções do novo coronavírus no Brasil e em outros países. Compreendendo-os como exemplos de ações net-ativistas, este trabalho pretende realizar um estudo de caso dos Anonymous a partir de uma sistematização bibliográfica com o objetivo de analisar como estas experiências conflitivas contemporâneas configuram novas formas de participação que fogem das descrições realizadas pelos estudos da esfera pública digital. Entende-se aqui, portanto, que ao ser formado por uma pluralidade de entidades humanas e não-humanas e por dinâmicas advindas da própria rede, o coletivo Anonymous abre possibilidades para repensar os significados ocidentais e modernos de ação, de participação e de política.

Palavras-chave: Net-ativismo; esfera pública; ação em rede; Anonymous; Internet.

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido criada na década de 60, em meio ao contexto acadêmico-militar norte-americano, é nos primeiros anos do século XXI que a Internet se populariza mundialmente, aumentando o poder comunicacional da população conectada com novas funcionalidades e tecnologias de conexão. É neste momento, por exemplo, que surge a chamada web 2.0 (O'REILEY, 2005) com a criação de páginas Wikis, blogs e os primeiros sites de redes sociais, permitindo a produção e o compartilhamento de informações a partir de uma conexão mais robusta pela comercialização da banda larga e pela implementação do *wi-fi*.

Com a possibilidade de um novo fenômeno comunicativo capaz de transformar o cidadão, antes limitado apenas ao papel de receptor, em um produtor de informação, pesquisadores de áreas diversas se mobilizaram para estudar e analisar as possibilidades de participação política e social no contexto digital emergente. Surge, por exemplo, perspectivas que buscam compreender a Internet em relação ao modelo habermasiano de esfera pública,

¹ Trabalho submetido ao GT 8 – “Tecnativismos: Assimetrias, Desigualdades, Vulnerabilidades do Encontro” no XIII Simpósio Nacional da ABCiber em 2020.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Bolsista CAPES e pesquisador integrante do Centro de Pesquisa Atopos. E-mail: mthsoares1993@gmail.com

possibilitando o fortalecimento da liberdade de expressão e da troca informacional entre os internautas conectados.

Porém, para além da Internet humana e da compreensão instrumental da técnica, as arquiteturas digitais de informação, como aponta Di Felice (2017), trouxeram mudanças qualitativas nas formas de compreender o mundo, os atores sociais e as formas de participação. Essas tecnologias foram responsáveis por expor uma lógica colaborativa de interação, cujas dinâmicas de relações não se restringem apenas aos humanos, reconhecendo, por exemplo, o papel das entidades formadas por dados, códigos e circuitos informativos nos processos interativos. Dessa forma, as conflitualidades que emergem na rede e por meio dela passam a ser vistas não mais como a consequência do agir de um indivíduo, mas o resultado da colaboração e da interdependência de uma multiplicidade de actantes humanos e não-humanos. As ações “net-ativistas”, como o sociólogo as chamam, surgem, assim, como práticas que fogem dos esquemas opinativos tradicionais da esfera pública e da esfera pública digital.

Uma das experiências identificada e reconhecidas como net-ativistas (ROZA, 2012), os Anonymous surgiram em 2008 como coletivo internacional de hackers e de ativistas sem líder e sem bandeira partidária, lutando em defesa das liberdades da rede, de expressão e de informação; além de reforçar o direito ao sigilo e ao anonimato. Com mais de uma década de atuação mobilizando protestos on-line e físicos ao redor do mundo, a “mente colmeia” (OLSON, 2014) em 2020 apoiou os protestos do *Black Lives Matter* nos EUA³ e atuou contra o sigilo governamental de informações sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil e em outros países⁴.

Este trabalho, portanto, pretende realizar um estudo de caso dos Anonymous por meio de uma revisão bibliográfica sobre o coletivo e da análise das principais ações nacionais e internacionais realizadas ao longo de 2020. Além disso, a partir da teoria net-ativista (ROZA, 2012; DI FELICE, 2017; MORAIS, 2018), busca-se compreender as dinâmicas reticulares e as características que formam essa experiência. Pretende-se também dar continuidade aos estudos do agir em rede, compreendendo-o como uma ação colaborativa não mais

³ Informações disponíveis em:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/06/02/anonymous-volta-a-ativa-contrabolsonaro-e-trump-conheca-o-grupo-hacker.htm>. Acessado em: 20 jan. 2021.

⁴ Informações disponíveis na reportagem:

<https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/anonymous-vaza-dados-ocultos-de-covid-19-na-nicaragua/106359>. Acessado em: 20 jan. 2021.

antropocêntrica, resultado da interação e da interdependência de entidades humanas e não-humanas.

ESFERA PÚBLICA E INTERNET

Em discurso proferido ao receber o prêmio Bruno Kreisky pelos trabalhos voltados aos direitos humanos, em 2006, Jürgen Habermas falou publicamente sobre Internet⁵. Na ocasião, o filósofo alemão reconheceu o potencial subversivo da tecnologia em governos autoritários, mas apontou possíveis problemas trazidos pela “descentralização” de histórias não editadas pela mídia tradicional, além do anonimato e da fragilização dos vínculos comunicativos. Prestes a completar 89 anos, Habermas (2018) voltou a comentar, em entrevista, sobre a rede digital mantendo a interpretação ambígua do início deste século. Para o pensador, então, a Internet é responsável por diluir e fragmentar a esfera pública tradicional, esta última fundamentada principalmente no trabalho de edição das temáticas de interesse coletivo pelo “jornalismo desperto”; mas, por outro lado, proporciona “nichos” nas redes sociais para a troca de opinião fundamentada e confiável.

Desde os anos 60, com a publicação do livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, a discussão racional é tida pelo filósofo alemão como um dos elementos fundamentais para a constituição do fenômeno da esfera pública, considerada como categoria central para o exercício da democracia ocidental. Na sua configuração moderna, de origem inglesa e francesa, a partir do século XVIII, a esfera pública foi compreendida por Habermas (2014) como a reunião de homens privados – aqueles que não possuíam cargos estatais – para o debate em público sobre questões de interesse coletivo, como regras de circulação de mercadorias e do trabalho social.

Sendo assim, a função política desse grupo que se compreendia como o público, formado por burgueses cultos, passou a ser a regulamentação da sociedade civil, confrontando a autoridade monárquica a partir das experiências desenvolvidas no âmbito do íntimo e do privado. Os confrontos eram realizados por meio das disputas discursivas e racionais, principalmente nos espaços dos cafés, formadoras das opiniões consideradas públicas em oposição às práticas secretas do príncipe, tornando-se a principal forma de participação da sociedade na administração governamental antes mesmo do voto. As opiniões públicas

⁵ Parte do discurso, inclusive o trecho sobre Internet, está disponível em inglês: <http://www.signandsight.com/features/676.html>. Acesso em: 30 jan 2021.

desenvolvidas no seio dessa esfera pública, por conseguinte, ganharam tamanho valor a ponto de serem substrato para a formação das leis do Estado moderno, sendo consideradas as fontes de legitimidade destas (HABERMAS, 2014, p. 179-180).

O teor discursivo da participação pública continua em evidência na década de 80, quando Habermas (1996), revisitando o conceito no final do século XX, compreende a esfera pública como uma rede de comunicação de informações, espécie de estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida cotidiana, para a identificação e tematização de problemas a serem solucionados pelo sistema político governamental. Neste modelo, então, caberia ao cidadão a mobilização entre os pares para o fortalecimento da opinião a ponto de físgar a atenção da imprensa, capaz de levá-la às esferas estatais.

A esfera pública política do final do século XX é descrita pelo filósofo alemão como o resultado deste imenso fluxo comunicacional de informações que parte dos cidadãos organizados e engajados socialmente e que, ao ser filtrado e sintetizado pela imprensa, formaria as opiniões públicas. Uma peça de união considerada fundamental para a democracia ocidental com a função de intermediar os discursos das conversações cotidianas dos cidadãos e os discursos das instituições do Estado, legitimando ou não as ações governamentais.

Porém, com o surgimento e a popularização da Internet e das novas dinâmicas sociais e políticas, antes mesmo da virada do século XXI, pesquisadores de diversas áreas começaram a se mobilizar para estudar e analisar as possibilidades de uma continuidade do modelo habermasiano ou de uma readequação do que se entende por esfera pública.

Castells (2008), por exemplo, ao evidenciar os efeitos do processo contemporâneo de globalização, afirma que presenciamos o surgimento de um novo sistema político. Acompanhando as mudanças estruturais da sociedade civil e do governo, cujas fronteiras nacionais assumem a porosidade da internacionalização, Castells defende a ideia de uma nova esfera pública, cuja configuração também ganha aspecto global, como uma arena internacional, acolhendo debates e discussões sobre temáticas que afetam tanto a vida de cada indivíduo em aspecto local como à humanidade em geral. Esta inédita forma é construída por um “espaço comunicacional multimodal”, pois leva em consideração todo o sistema comunicacional multimidiático além da Internet, como a televisão, o rádio e a imprensa (CASTELLS, 2008, p. 90).

Dessa forma, a nova esfera pública é compreendida por Castells como a união de diversos processos comunicacionais, tendo, principalmente, as redes sociais - como Facebook

e Youtube - os espaços de protagonismo no surgimento de movimentos de opinião pública internacionais, interessados em elaborar pautas e discussões de interesse local e global ao mesmo tempo.

Semelhante a essa perspectiva, mas com foco nos fenômenos digitais, Pierre Lévy (2010) acredita que as comunidades virtuais, originadas no ambiente do ciberespaço por meio da interconexão generalizada, podem aproximar indivíduos geograficamente distantes e modificar as formas tradicionais de opinião. Para o pensador da cibercultura, as comunidades do ciberespaço são construídas a partir de afinidades de interesses e as interações que surgem pelas trocas de mensagem entre os membros sugerem uma “nova metamorfose” na noção de público, pois proporcionam um debate coletivo mais aberto, participativo e distribuído em relação aos processos comunicacionais das mídias de massa.

Os indivíduos integrantes dessas comunidades virtuais não estão isolados em frente aos computadores, pois “o desenvolvimento das comunidades virtuais acompanha, em geral, contatos e interações de todos os tipos” (LÉVY, 2010, p. 132), dentre elas, o contato e os encontros físicos costumeiros. Sendo assim, Levy compreende os processos comunicacionais do ciberespaço como a construção de um “novo laço social”, fundado não mais no território ou nas relações institucionais, mas na reunião de indivíduos em torno de interesses comuns e da prática cooperativa de aprendizagem e de compartilhamento de informação. As interações que surgem por meio das tecnologias digitais, para o autor, eclodem uma nova esfera pública (LÉVY, 2017, p. 29), proporcionando ao cidadão contemporâneo, em dimensão inédita à humanidade, a expressão pública, a interconexão sem fronteiras e o acesso à informação. A esfera pública que emerge desses processos, portanto, é inerentemente mais plural e transnacional que aquela descrita no século XX.

Lemos (2009), por sua vez, também se debruça sobre as plataformas de redes sociais, principalmente blogs e sites como Twitter, com o objetivo de demonstrar o que ele acredita ser o desenrolar de uma nova esfera pública discursiva. Para o pesquisador, estes espaços virtuais podem resgatar, seja do período helênico ou da nascente modernidade europeia, o debate e a conversação como forma de coesão social e de atividade essencialmente política. Isso acontece, principalmente, pela lógica disruptiva horizontal que essas tecnologias digitais apresentam em relação à comunicação de massa.

A revolução técnica que estamos presenciando nos últimos anos, de acordo com o autor, vem acompanhada de uma mudança de práticas sociais ancoradas em princípios como a

“liberação da palavra”, esta advinda dos formatos de produção e circulação de informação nos sistemas de comunicação digitais que não necessitam mais de um polo central e editor, facilitando a prática da conversação entre indivíduos conectados. Dessa maneira, o cidadão contemporâneo, inclusive o jornalista, tem a possibilidade de se relacionar com outros sem a intermediação de um grande veículo de informação, criando possibilidades de ações políticas orientadas para a mudança coletiva.

Apesar da diversidade de abordagens e peculiaridades que buscam investigar a formação ou não de uma esfera pública no contexto digital, compreendendo-a dentro de um sistema comunicacional multimodal ou totalmente virtual, estes estudos contemporâneos mantêm o questionamento ou a interpretação da Internet como arena global propícia para a troca de opiniões e informações entre sujeitos humanos.

O AGIR-REDE DO NET-ATIVISMO

Com o avanço da computação, as tecnologias digitais se tornaram mais presentes no cotidiano humano. Luciano Floridi (2014), filósofo da informação, afirma que vivenciamos hoje a passagem de um tempo histórico para um outro até então inédito: o “hiper-histórico”⁶, caracterizado pela dependência da técnica informativa e pela capacidade de gerar e armazenar grandes quantidades de dados. Isto significa, portanto, que, enquanto na era histórica o homem já utilizava tecnologias de comunicação para gravar e transmitir informação, é somente neste momento atual que passamos a depender delas como fonte de recursos para o desenvolvimento do bem-estar da sociedade e do indivíduo.

Para Di Felice (2017), além do aumento da capacidade de produzir e armazenar dados, estas tecnologias são responsáveis por elaborar processos comunicacionais distintos daqueles repercutidos pelas mídias de massa analógicas, como o rádio e a televisão. Os fluxos informacionais contemporâneos formam redes de interações, como tramas de conexões, que não se deixam descrever como unidirecionais nem externas, isto é, produzidas por uma fonte e emitidas por meio de um canal para um emissor. Ainda segundo o sociólogo, as práticas comunicacionais digitais expuseram uma condição de interdependência com outros elementos não-humanos, como os próprios dados, mas também dispositivos, algoritmos, plataformas, etc. O resultado disso é a construção de um modelo comunicativo reticular sem forma gráfica definida a partir da colaboração interativa entre o sujeito humano e a diversidade dessas

⁶ Em inglês, chamado de “Hyperhistory” (FLORIDI, 2014).

entidades com efeitos qualitativos visíveis nas socializações e nas maneiras de compreender e sentir o mundo.

Desses novos modelos comunicativos digitais, então, surgem conflitualidades com lógicas de organização e de atuação próprias. Por meio de interações espontâneas e autônomas, que borram a diferença entre espaço físico e virtual, chegamos às configurações reticulares de experiências ativistas, compreendidas como “net-ativismo”, cujas experimentações são capazes de fundamentar maneiras inéditas de participação:

[O net-ativismo] Exprime o conjunto das ações em rede que resultam da sinergia entre atores de diversas naturezas – pessoas, dados, softwares, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas etc. – que tecem a emergência de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas estendida não só aos elementos biológicos não humanos, mas também às tecnologias informativas, às entidades territoriais, às diversas superfícies, capazes de conectar e de fazer interagir tudo o que existe no interior da biosfera (DI FELICE, 2017, p. 193).

Dessa forma, as conflitualidades que emergem na rede e por meio dela começam a ser vistas não mais como a consequência do agir de um indivíduo, mas o resultado da colaboração de uma multiplicidade de agentes humanos e não-humanos. As ações “net-ativistas” surgem, assim, como práticas que fogem dos esquemas opinativos tradicionais e antropocêntricos da esfera pública e da esfera pública digital (caracterizados pelo diálogo humano), em direção a um “agir conectivo” ou um “agir ecológico” (Ibidem, p. 197) em que se reconhece a importância e as associações interdependentes de entidades humanas e não-humanas para a realização dos processos de participação.

Acompanhando a evolução da Internet, as conflitualidades passaram de simples trocas de informação, num contexto inicial, para movimentos de protestos capazes de criar redes colaborativas de interação, cujos efeitos foram sentidos, principalmente, a partir das mobilizações globais que ocorreram no início do século XXI como a Primavera Árabe; o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e as Jornadas de Junho, no Brasil (ROZA, 2012; MORAIS, 2018). As mobilizações, cada qual com suas especificidades, possuem características comuns como a não centralidade e a ausência de líderes e de intenções partidárias, ideológicas, institucionais e políticas; surgindo por meio da rede e assumindo características de ecossistemas colaborativos e não mais antropocêntricos (DI FELICE, 2017).

Essas experiências, compreendidas por Roza (2012) como ações tecnologicamente realizadas, configuram “uma nova estrutura ecossistêmica do social, não mais restrita ao elemento humano e à ‘civitas’, mas estendida às tecnologias, aos circuitos informativos e aos

territórios” (p. 98). Isto é o que Di Felice chama de expressão da “forma de conflitualidade pós-política”, por não se realizarem no espaço dos estados-nação das esferas públicas; marcando, então, a “passagem de uma dimensão ecológico-habitativa antropomórfica, urbana, pública e política para uma condição habitativa interativa, biosférica e colaborativa” (DI FELICE, 2017, p. 197-198).

Dessa forma, como ação coletiva e descentralizada, Di Felice (2021, no prelo) compreende que o net-ativismo se configura um exemplo de “objeto político não identificado”, por não se deixar narrar pela teoria da ação social tradicional, isto é, por não se enquadrar no vocabulário já conhecido da política e das ciências sociais. Estas experiências são consideradas como iniciativas com alto poder disruptivo e criativo, ou seja, outras formas de ação e de engajamento político capazes, por exemplo, de produzir dinâmicas inéditas de formas mais abrangentes de cidadania.

Este é o caso dos Anonymous, exemplo de mobilização net-ativista com estrutura descentralizada, sem bandeira partidária-ideológica ou líder-representante, configurando um agir anônimo, “criando formas horizontais e colaborativas nas quais as subjetividades se dissolvem” (ROZA, 2012, p. 97). Considerados como “novos tipos de cidadãos” e “não-identidade hologramática” (DI FELICE, 2021, no prelo), não se enquadram nas categorias tradicionais de sujeito e objeto, constituindo-se por meio de um ecossistema complexo e variado de humanos, dados, softwares e territórios.

A LEGIÃO EM REDE DOS ANONYMOUS

Os Anonymous surgiram em 2008 como coletivo internacional de hackers e de ativistas sem líder e sem bandeira partidária, lutando em defesa das liberdades da rede, de expressão e de informação; além de reforçar o direito ao sigilo e ao anonimato. Olson (2014) afirma que as primeiras interações do coletivo se deram no interior do site *4chan*⁷, um fórum digital de língua inglesa criado em 2003 pelo empresário Christopher Poole originalmente para o debate de questões relacionadas à cultura japonesa. Inicialmente, o site solicitava um “*nickname*”⁸ para a postagem de publicações, mas, por reivindicação dos próprios usuários, a identificação deixou de ser obrigatória, possibilitando a participação de maneira anônima nos tópicos de discussão. Conforme explicita a pesquisadora, os participantes consideravam o

⁷ O site continua disponível pelo link: <http://www.4chan.org/>. Acessado em: 10 fev. 2020.

⁸ Palavra inglesa cujo significado remete ao nome ou apelido escolhido pelo indivíduo para ser chamado ou conhecido. Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/nickname>. Acessado em: 25 jan. 2021.

anonimato uma forma de combater a vaidade e impedir a hierarquização de grupos, proporcionando igualdade aos usuários e às discussões. Com o tempo, a ocultação dos nomes verdadeiros se tornou popular no 4chan de tal forma que os adeptos passaram a ser chamados de “Anonymous” por aqueles que, ainda assim, mantinha as identidades públicas.

O fórum, então, tornou-se um ambiente de livre expressão, sem qualquer moderação, propiciando “diálogos livres” e aleatórios. A página “/b/”, por exemplo, espaço para qualquer tipo de postagem, sem tema e tópicos predeterminados, resultava numa experiência anárquica e espontânea capaz de suscitar temáticas imprevisíveis que iam desde trotes a sordidez sexual. É neste contexto que também surgem as primeiras mobilizações coletivas em torno de questões específicas, que, como aponta Olson, ainda se limitavam a questões pessoais de vingança e ataques difamatórios pontuais. Postando no fórum aberto, os integrantes buscavam incitar ataques e recrutar especialistas em técnicas de programação, explicitando justificativas a fim de estimular a “mente colmeia” (OLSON, 2014, não paginado) a tomar partido na briga. Eram os programadores, conhecedores dos códigos, os responsáveis por derrubar pequenos sites, roubar dados e extorquir indivíduos considerados pelo coletivo como merecedores das ações, estes últimos geralmente pedófilos, mas também desafetos pessoais de usuários.

Aproveitando a condição de não obrigatoriedade do uso do nome real, também utilizam o termo “Anon”, palavra grega cujo significado é “sem nome”, para designarem-se. É neste momento inicial que o grupo adere o uso da máscara de Guy Fawkes, personagem da série de história em quadrinhos “V de Vingança”⁹, como símbolo para a condição anônima do grupo - criando uma identidade estética própria como fez o movimento zapatista na década de 90 (MORAIS, 2018); e o lema: “Somos Anonymous / Somos legião / Não perdoamos / Não esquecemos / Esperem por nós”.

Os trotes e extorsões de pequenas proporções evoluíram para ataques cibernéticos com o uso de habilidades técnicas e computacionais em prol de causas relacionadas à liberdade de informação, práticas também conhecidas como hacktivismo. Como aponta Goode (2015), as principais táticas do coletivo são ataques ao funcionamento de páginas na web, sequestro de computadores e ataques hackers a sistemas de empresas. Em 2010, por exemplo, em apoio à publicação de documentos secretos de governos e empresas pelo WikiLeaks, o coletivo se organizou para retirar do ar os sites de organizações financeiras que aplicavam sanções à iniciativa do hacktivista australiano Julian Assange. Dentre as empresas que sofreram

⁹ Escrito por Alan Moore e desenhado por David Lloyd, “V de Vingança” foi publicado originalmente entre 1982 e 1983. No Brasil, ganhou uma edição em português em 1989.

bloqueios do movimento estavam as operadoras de cartão de crédito Visa e Mastercard, que haviam bloqueado doações para o WikiLeaks.

Esses ataques foram incitados, planejados, realizados e gerenciados por meio de uma rede complexa de indivíduos conectados, com ou sem conhecimento de programação, além de códigos, computadores e programas. De acordo com as descrições de Olson (2014), os chamados para as mobilizações geralmente surgiam nos próprios chats públicos do 4chan e os interessados migravam para canais privados de comunicação, como o Internet Relay Chat (IRC), onde deliberavam os estratagemas. Em seguida, os comandos eram compartilhados publicamente, atraindo os hackers e programadores aptos a realizar os ataques cibernéticos. Já as próprias ações precisavam de uma arquitetura coletiva para serem realizadas. A derrubada de sites era possível por ações como os ataques DDoS¹⁰, ou “ataques de negação de serviço”, que consistem na sobrecarga do fluxo de acesso à página por meio de *botnets* (também conhecidos como “computadores zumbis”¹¹) ou softwares especializados. Em determinados ataques em apoio ao WikiLeaks, estima-se a participação de quatro mil e quinhentas pessoas e mais de 30 mil computadores zumbis (OLSON, 2014, não paginado).

O vazamento proposital de informações sigilosas de Estados e empresas também é uma prática característica do grupo, responsável por achar os dados confidenciais e por disponibilizá-los publicamente na rede. Porém, diferente do próprio Wikileaks, responsável por vazar informações de terceiros, esta prática dos Anonymous ocorre de maneira orgânica, na qual os próprios Anons procuram os dados e os disponibilizam sem intenção jornalística (COLEMAN, 2013).

Inclusive, desde os primeiros ataques de grande porte, o coletivo reconhece a importância dos canais de publicidade, responsáveis por noticiar à imprensa e à população as façanhas da “mente colmeia”. Na campanha contra a igreja de Cientologia norte-americana, ainda em 2008, foram criados os primeiros comitês de imprensa integrados pelos Anonymous (OLSON, 2014). É nesse momento, por exemplo, que é postado no Youtube o famoso vídeo “Mensagem à Cientologia”¹² num canal criado pelo próprio grupo. Em seguida, surgem portais de notícias especializados e centenas de perfis no Twitter - site de rede social que,

¹⁰ Do inglês: *Distributed Denial of Service*.

¹¹ Olson (2014) descreve os *botnets* como uma grande rede de computadores ‘zumbis’ que podem ser controlados por uma única pessoa, isto é, computadores comuns “infectados” por hackers e que agem sem a percepção dos usuários. Em estudo desenvolvido por Stone-Gross et. al. (2009), a prática do *botnet* é considerada um dos problemas de segurança digital mais comuns da Internet, sendo possível a infecção de mais de um milhão de computadores anfitriões.

¹² O vídeo está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JCbKv9yiLiQ>. Acessado em: 25 jan. 2021

junto ao 4chan e os canais privados de comunicação, formavam os três principais ambientes na rede de interação do coletivo.

No Brasil, ganhou grande repercussão ao apoiar as jornadas de junho em 2013, apesar de já possuir integrantes brasileiros atuando em ataques internacionais e, desde um ano antes, em mobilizações no país (MACHADO, 2015). Em apoio aos protestos nacionais contra o aumento da passagem, o coletivo utilizou páginas em sites de redes sociais (como o Facebook e o Twitter) para compartilhar comunicados e conteúdos sobre os protestos, derrubando páginas de instituições estatais e divulgando dados pessoais de pessoas vinculadas ao poder público. Até o dia 23 daquele mês, por exemplo, foram derrubados os sites do governo federal, os portais da Polícia Militar de Minas Gerais e de São Paulo e da Secretaria Estadual de Educação paulista¹³.

Como bem observa Barros (2015), a célula brasileira dos Anonymous, inclusive, passou a ser considerada pela mídia uma das lideranças das mobilizações, servindo de referência para os protestos por meio do compartilhamento de informação em sites de redes sociais. Também foi elaborado pelo grupo um vídeo de apresentação, nos moldes do “Mensagem à Cientologia”, conhecido como “As 5 causas”¹⁴, no qual foram elencados os temas que orientavam os ataques. Além da mensagem lida por um indivíduo com o rosto do Guy Fawkes e uma voz distorcida, a postagem veio acompanhada da descrição: “Não somos uma organização. Sou você. Sou fake. Sou real. Somos todos. Não somos ninguém. Somos uma ideia”.

Por não possuir bandeira ideológica ou partidária, nem líderes - características nascidas na própria Internet, os Anonymous acabaram por refletir os valores dos movimentos realizados em 2013 no Brasil:

“Tais características caminham na mesma direção da conformação das manifestações do Brasil em si, plural e horizontal. Esta diversidade pode beneficiar o movimento ou não, entretanto é inevitável que a comunicação em rede, potencializada pela internet, auxilie a construção e formação desses coletivos diversificados e plurais em termos de identidade” (BARROS, 2015, p.13).

Em 2020, o coletivo voltou aos holofotes midiáticos no Brasil e no mundo apoiando protestos antirracistas e a liberação de informações sobre a situação da pandemia de Covid-19 e sobre a ineficiência de poderes públicos no combate ao novo coronavírus. Apesar da

¹³ Os ataques foram noticiados pela revista Exame no dia 23 de junho de 2013. Conteúdo disponível em: <https://exame.com/brasil/hackers-derrubam-site-oficial-do-governo-brasileiro/>. Acessado em: 28 jan. 2021.

¹⁴ O vídeo foi publicado no canal “Anonymous Brasil” e está disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs>. Acessado em: 28 jan. 2021.

imprensa classificar as ações como uma “volta à ativa”¹⁵, a rede Anonymous manteve-se, mesmo que em menor proporção, atuando em favor de novas causas. Em outubro de 2019, por exemplo, por meio do site oficial e do canal no Youtube, os Anonymous publicaram apoio à causa ambientalista da adolescente sueca Greta Thunberg com o artigo “*Anonymous message to Greta Thunberg*”¹⁶. Com isso, o movimento mandou uma mensagem não apenas à jovem ativista do clima, mas também à própria comunidade mundial.

No final de maio de 2020, após a morte por asfixia do norte-americano George Floyd, os Anonymous partiram em defesa das mobilizações do #BlackLivesMatter. Nos Estados Unidos, em específico, eles foram responsáveis por derrubar páginas relacionadas ao poder público do estado de Minnesota, onde Floyd morreu, e expor possíveis dados privados do então presidente Donald Trump. Utilizando perfis no Twitter para reivindicar a autoria dos ataques, o coletivo também postou um vídeo, intitulado “Mensagem dos Anonymous para a primavera americana”¹⁷, justificando o apoio ao movimento de luta antirracista e atacando a polícia, considerando-a corrupta e indigna de confiança.

¹⁵ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/05/31/grupo-anonymous-ameaca-divulgar-crimes-cometidos-pela-policia-dos-eua.htm>. Acessado em: 30 jan. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://anewspost.com/anonymous-message-greta-thunberg/>. Acessado em: 10 fev. 2020.

¹⁷ O vídeo, postado pelo perfil @YourAnonCentral, está disponível em inglês no link:

<https://twitter.com/YourAnonCentral/status/1266947376482095105?s=20>. Acessado em: 30 jan. 2021.



Imagem 01 – Print do tweet publicado pelo perfil @YourAnonCentral com o vídeo “Mensagem dos Anonymous para a primavera americana”.

Fonte: Twitter

Em junho de 2020, também por meio de perfis no Twitter, as células brasileiras de Anons comunicaram o compartilhamento de possíveis dados do presidente Jair Bolsonaro e da família, bem como de representantes do governo, como ministros e secretários¹⁸. Foram publicadas informações como e-mails, telefones, renda e endereço dos alvos. No período do ataque, o coletivo também postou um vídeo “Comunicado Anonymous Brasil”, no qual incita a mobilização à reação não apenas ao presidente da república, mas toda classe elitista do país¹⁹.

Um outro caso, em agosto de 2020, foi o vazamento de 400 documentos que trouxeram a quantidade de infectados por Covid-19 na Nicarágua, cujo governo foi acusado

¹⁸ Notícia sobre o ataque nacional disponível no site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/02/clara-medida-de-intimidacao-diz-bolsonaro-sobre-vazamento-de-dados.htm>. Acessado em: 30 jan. 2021.

¹⁹ Vídeo disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=RRuPAKEnt9U>. Acessado em: 30 jan. 2021.

de mascarar o número total de casos da doença no país²⁰. Segundo o perfil @LorianSynaro²¹, os dados foram obtidos após o coletivo hackear o Ministério da Saúde nicaraguense, raptando as informações e as disponibilizando publicamente para download. Presume-se que o governo da Nicarágua anunciou em público um número de infectados no território nacional 98% menor que os registrados nos documentos vazados.

Portanto, utilizando as tecnologias digitais e computacionais e o anonimato como principais estratégias de mobilização para mudança política, é possível dizer que a rede Anonymous atua em ataques virtuais desencarnados, já que é impossível saber quem são e quantos são por trás do ato, mas com efeitos concretos. Estes atores que não se enquadram nas categorias políticas e sociais tradicionais (DI FELICE, 2021, no prelo), resultando na formação de uma “política de ninguém transnacional” (WONG & BROWN, 2013), permitindo que grupos imponham custos físicos sem a necessidade da presença física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da primeira década do século XXI, surge uma experiência anônima, sem corpo e sem identidade tradicional, mas com efeitos concretos no coletivo político e social. Representados apenas por imagens e textos, os Anonymous se originam na e por meio da rede, configurando-se um ecossistema complexo e reticular a partir da colaboração e da interdependência de entidades humanas e não-humanas, isto porque, além dos indivíduos humanos integrantes (que podem ter ou não conhecimento de programação e de hacktivismo e estão espalhados por diversos países e cidades), também precisam dos softwares, códigos, páginas (como o *4chan* e os perfis nos sites de redes sociais) e até mesmo as máscaras do Guy Fawkes para existirem. Com essa formação híbrida, a “mente colmeia” nos deixa apenas rastros informativos que constituem identidades digitais de natureza até então inédita, impossíveis de serem presas (no sentido legal) e apreendidas em sua totalidade pela pesquisa e pelo pesquisador.

São, então, entidades que escapam da terminologia tradicional de ator político, abrindo possibilidades de pensar o que hoje se configura não apenas a ação, mas também o que

²⁰ Informações sobre a situação da Nicaragua em agosto de 2020, bem como do ataque hacker ao Ministério da Saúde do país disponíveis na reportagem: <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/anonymous-vaza-dados-ocultos-de-covid-19-na-nicaragua/106359>. Acessado em: 30 jan. 2021.

²¹ O tweet do perfil @LorianSynaro, com o link para o download do material, pode ser acessado no link: <https://twitter.com/LorianSynaro/status/1296896337099857922?s=20>. Acessado em: 30 jan. 2021.

entendemos por participação, cidadão e cidadania. Estas novas formas de agir conectivo net-ativista tornam mais clara as limitações atuais não só da ideia de esfera pública no contexto digital, bem como do debate científico relacionado à temática nas primeiras décadas deste século, cujas indagações buscam compreender somente a qualidade das discussões antropocêntricas realizadas em uma Internet ainda de caráter social e instrumental. Para além de uma possível Internet como esfera pública global e humana, os Anonymous nos mostram que existe uma rede de redes que agrega e dá protagonismo a entidades não-humanas (como dados, algoritmos, superfícies e, mais recentemente, biosfera) numa lógica a-dinâmica e não sistêmica, participando ativamente das transformações políticas, sociais e culturais da nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Laura S. O Hacktivismo nas Manifestações de Junho de 2013 no Brasil: uma análise das referências ao Anonymous nos portais Folha.com e G1. In: **37º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - INTERCOM, 4 a 7 set. 2015, Rio de Janeiro, RJ. Anais (On-line). Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1341-1.pdf>. Acessado em: 30 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. **The annals of the american academy of political and social science**. Nova York: n. 616, 2008.

COLEMAN, G. Anonymous and the Politics of Leaking. In: **Beyond Wikileaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society**. Basingstoke (Inglaterra): Palgrave Macmillan, 2013.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital**. São Paulo: Editora Paulus, 2021, no prelo.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GOODE, L. Anonymous and the Political Ethos of Hacktivism. **Popular Communication**, v. 13, p. 74–86, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Translation by William Rehg. Cambridge: MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HABERMAS, Jürgen. Towards the United States of Europe. In: **Sign and Sight**, 2006, Disponível em: <http://www.signandsight.com/features/676.html>. Acessado em: 30 jan. 2021.

HABERMAS, Jürgen. Jürgen Habermas “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. [Entrevista concedida a] Borja Hermoso. **El País Brasil**. São Paulo, 7 mai., 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html. Acessado em: 12 set. 2020.

LEMOS, André. Nova esfera conversacional. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio; COSTA, Carlos; COELHO, Cláudio; KÜNSCH, Dimas; BUITONI, Dulcília (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**: 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. A esfera pública do século XXI. In: DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (Org.). **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papyrus, 2017.

MACHADO, Murilo. Entre o controle e o ativismo hacker: a ação política dos Anonymous Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 2, suplemento, p. 1531-1549, 2015.

O'REILLEY, Tim. What is web 2.0. In: **O'Reilley**, 2005. Disponível em: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acessado em: 12 jun. 2020.

MORAIS, Marina. **Net-ativismo e ações colaborativas nas redes sociais digitais**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

OLSON, Parmy. **Nós somos Anonymous**: por dentro do mundo dos hackers. São Paulo: Novo Século, 2014.

ROZA, Erick. **Net-ativismo**: comunicação e mobilização em contextos reticulares. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROZA, Erick. **Internet e política**: estudos a partir do net-ativismo e do comum digital. Tesede de Doutorado (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

STONE-GROSS, Brett et. al. Your Botnet is My Botnet: Analysis of a Botnet Takeover. In: **CCS '09: Proceedings of the 16th ACM conference on Computer and communications security**. Chicago, Illinois, 2009.

WONG, W. H.; BROWN, P. A. E-Bandits in Global Activism: WikiLeaks, Anonymous, and the Politics of No One. **Perspectives on politics**, v. 11, p. 1015–1033, 2013.